

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira,
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados,**

A Proposta de Orçamento agora em discussão concilia a indispensável estratégia de equilíbrio orçamental com a alocação de disponibilidades financeiras para a promoção do crescimento económico sustentável, para a criação de emprego e para o apoio e coesão social.

Esta Proposta tem subjacente a observância dos compromissos assumidos pelo Governo Regional, enquadrado no seu Programa do Governo e ajustado à nossa conjuntura económica, financeira e social.

Um dos pilares deste Orçamento constitui-se na sustentabilidade das finanças públicas, condição fundamental para a afirmação da nossa Autonomia Política.

Com efeito, só com as nossas contas equilibradas é que nos poderemos afirmar politicamente, apresentando o nosso modelo autonómico como a melhor opção político-administrativa para o País, evidenciando as Autonomias como o melhor modelo de governação no interesse do progresso e desenvolvimento das populações, atentas as nossas especificidades.

Para esse desiderato, necessitamos de duas coisas aparentemente simples: rigor e credibilidade.

Simple, porque é de fácil compreensão o seu significado e o seu alcance.

São, no entanto, e contudo, dois conceitos que exigem determinação, grande responsabilidade e transparência na gestão dos recursos públicos, mas também coerência e consistência nas ações desenvolvidas, nas opções assumidas e na estratégia delineada.

Este pode não ser o único caminho, mas é aquele em que acreditamos, é aquele em quem os Madeirenses e Porto-santenses depositaram maioritariamente a sua confiança e é aquele que vamos prosseguir com a confiança dos resultados já alcançados.

Dissemos – e vamos cumprir – que criaremos as condições favoráveis ao investimento, ao empreendedorismo e à criação de emprego, mas é fundamental que todos compreendamos que esta Proposta de Orçamento foi elaborada em circunstâncias extraordinárias de indefinição política em que o País esteve imerso.

Esta indefinição teve – e ainda tem – consequências nesta Proposta de Orçamento, porquanto tivemos que acautelar o efeito de medidas e alterações que venham a ser introduzidas em sede de Orçamento do Estado, as quais ainda hoje não estão quantificadas nem são totalmente claras.

E se é certo que temos que nos governar por nós próprios, também não é menos verdade que o Orçamento do Estado influencia decisivamente os orçamentos das Administrações Regionais e Locais, não sendo o da Região exceção.

Temos, por isso, e com realismo e seriedade, admitido que o Orçamento do Estado para 2016 determinará medidas e opções em matéria de política fiscal e salarial que poderão implicar uma eventual retificação a esta Proposta, a qual será naturalmente presente a esta Assembleia e cabalmente explicada e esclarecida, se assim se vier a verificar.

Assim, ainda que no imediato a nossa margem de manobra seja limitada, uma vez que não sabemos com segurança que implicações o Orçamento do Estado acarretará nesta Proposta, tornámos clara a nossa opção e decidimos, **na incerteza do presente, acautelar o nosso futuro.**

Fizemo-lo com sentido de prioridade e de responsabilidade, com o intuito de servir mais e melhor os Madeirenses e Porto-santenses, essência das nossas responsabilidades e preocupações.

Este é, assim, um orçamento prudente, mas também de otimismo e de esperança, que realiza o Programa do Governo, aprovado para um horizonte de quatro anos.

É um orçamento que se dedica à satisfação das necessidades sociais: ao nível da saúde, respondendo às solicitações dos utentes do Serviço Regional de Saúde; ao nível da educação, melhorando as condições de ensino e garantindo a qualificação das nossas crianças e jovens; ao nível da empregabilidade, promovendo políticas ativas de emprego e o patrocínio ao empreendedorismo e ao desenvolvimento do setor privado.

É um orçamento que assegura a proteção e a justiça social, através de uma efetiva oferta de oportunidades e de combate às desigualdades sociais, complementando as ações da Segurança Social.

É um orçamento que assegura que a nossa herança cultural é defendida e valorizada.

É um orçamento que seleciona o investimento como meio para criar empregos, mas também para garantir a segurança da população e melhores serviços públicos, nomeadamente através da construção de novas escolas e de centros de saúde e na beneficiação de infraestruturas e equipamentos hospitalares.

É, enfim, um orçamento onde há estratégia, rigor, responsabilidade e concentração de recursos no que é essencial.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores deputados,

Nesta Proposta de Orçamento, que ascende a 1.643 milhões de euros, as receitas fiscais continuam a ter um peso muito significativo e constituem mesmo a nossa principal fonte de financiamento, razão pela qual temos a obrigação acrescida de aplicar estes recursos com zelo e de forma totalmente transparente.

As receitas fiscais previstas atingem os 875 milhões de euros, o equivalente a 53% dos recursos orçamentais previstos e a 66% da receita efetiva, sendo que a estimativa dos impostos diretos ascende a 367 milhões de euros e dos impostos indiretos a 508 milhões de euros.

